

ATA - TRE-AP/PRES/DG/GAB-DG

ATA DE REUNIÃO DE ANÁLISE DE ESTRATÉGIA

1. DADOS DA REUNIÃO

Data: 27/07/2021	Início: 16h	Término: 16:50h	Local: Videoconferência Ferramenta Zoom
Pauta	1. Selo de Qualidade do CNJ; 2. Plano de Ação da Gestão; 3. Plano de Ação da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.		

2. PARTICIPANTES

Nome	Cargo
Desembargador João Guilherme Lages Mendes	Presidente em exercício
Francisco Valentim Maia	Diretor Geral
Emanoel dos Santos Flexa	Secretário da STI
Dilma Célia de Oliveira Pimenta	Secretária da SAO
Alessandra Gusmão Trajano de Araújo	Coordenadora da CRDCOR
Francisco das Chagas Silva Barros	Coordenador da CCI
Cláudio Henrique Guerra Xavier da Silva	Assessor da ASPLAN
Patrick Dayan Guimarães Pinto	Chefe da SAACNJ

3. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES

O **Desembargador João Lages** saudou a todos e informou que a reunião estava sendo gravada, salientando que esta é a segunda reunião de quatro a serem realizadas. Ressaltou que ano passado a Administração estava motivada para a melhoria dos números visando o selo do CNJ. Frisou que percebeu o empenho de todos e que está satisfeito com os números que são apresentados, apesar de não serem ainda os ideais. Na sequência, passou a palavra ao servidor Francisco Valentim Maia.

O **Diretor-Geral** esclareceu que na primeira reunião realizada em março pairava um clima de pessimismo, pois as lacunas eram consideravelmente grandes. Porém, com o compromisso dos envolvidos, esse cenário começou a melhorar. Em seguida, passou a relacionar os pontos de melhoria, que irão refletir na avaliação do CNJ:

1. Os Comitês Orçamentários e de Priorização foram reformulados, segundo as exigências do CNJ;
2. A Segurança Organizacional possui três Resoluções voltadas a essa regulamentação;
3. O DATAJUD, que responde por boa parte da pontuação possui Comissão responsável pelo envio das informações ao CNJ;
4. O Juízo de Cooperação, o Balcão Virtual, as Perícias (Resolução 233) foram implementados;

5. A unidade Socioambiental foi implementada. O IDS, apesar de estar aquém do ideal, teve uma evolução de 13%, superior aos 10% exigidos pelo Conselho.
6. A Comissão do Memorial e de Gestão Documental foi instituída por Portaria e há previsão de reserva de espaço físico para seu funcionamento.

Ao final, o Diretor-Geral passou a palavra ao servidor Cláudio Henrique, responsável pelo primeiro assunto da pauta.

Selo de Qualidade do CNJ

O servidor **Cláudio Henrique** iniciou saudando a todos e informando que esta é a segunda Reunião de Análise de Estratégia, visando a melhoria da pontuação no que se refere ao Selo do CNJ. Apresentou arquivo para melhor visualização de todos quanto à situação do TRE-AP. Frisou que a pontuação do Selo do CNJ é formada por quatro eixos, sendo eles: a) eixo de dados e tecnologia; b) eixo da produtividade; c) eixo da governança; e d) eixo da transparência. Salientou que as informações serão encaminhadas até o dia 02/09 e conta com a cooperação de várias unidades do TRE. A ASPLAN é a responsável pela organização das informações e encaminhamento ao CNJ. Ressaltou que atualmente o Tribunal enfrenta dois problemas: a falta de profissionais das áreas de Estatística e Arquivologia, ressaltando que o CNJ exige que estes pertençam ao quadro do Tribunal ou sejam ocupantes de Função Comissionada ou Cargo em Comissão, não sendo aceito o profissional terceirizado. Acrescentou que o TRE-AP já firmou parceria com a UNIFAP, tendo sido montado o Núcleo Estatístico, que não foi aprovado pelo CNJ. Salientou que os Tribunais de pequeno porte possuem dificuldade para suprir essa carência, em virtude de seus quadros reduzidos.

Para este ponto, o **Desembargador João Lages** sugeriu parceria com o TJAP, que vem sendo beneficiado, principalmente, com a atuação do Estatístico no atingimento das Metas do CNJ. Esclareceu que o TRE deve enviar os esforços necessários para, se for o caso, requisitar esses profissionais.

O **Diretor-Geral** esclareceu que tanto o Estatístico quanto o Arquivologista são classificados como cargos isolados, cuja requisição é vedada pela Lei n.º 6.999. Informou ainda que tal demanda será apresentada na próxima reunião de Diretores-Gerais. Frisou, ainda, a importância do Estatístico para dados de Eleição.

Prosseguindo com sua explanação, o servidor **Cláudio Henrique** esclareceu que para a Execução e Monitoramento foram abertos os Processos SEI 0001189-47.2021.6.03.8000, que é o principal, além de dez (10) outros que o complementam. Depois apresentou gráfico comparativo de desempenho levando-se em consideração os anos de 2019 e 2020, verificando-se evolução em todos os eixos, com exceção do eixo Dados e Tecnologia, que não foi inserido em 2019. Pontuou que a Meta 4 teve bom desempenho. Para a Litigiosidade existe equipe gerenciada pela servidora Alessandra Gusmão, cujo trabalho vem sendo realizado em prol do TRE e de toda a sociedade, obtendo resultados positivos. Esclareceu que o índice de processos eletrônicos apresentou queda de 100% para 92%, mas que deve ser resultado de problema no sistema, considerando que no Tribunal não são autuados processos físicos. Pelos gráficos apresentados, percebeu-se um salto nos processos, que tem por origem o comprometimento de Juizes Membros, Juizes Eleitorais, bem como da Secretaria Judiciária e da Corregedoria. Por fim, agradeceu a atenção de todos e encerrou sua apresentação.

Na sequência, o **Diretor-Geral** passou a palavra ao representante da SAACNJ, responsável pela apresentação do segundo tópico da pauta.

Plano de Ação da Gestão

O servidor **Patrick Dayan** apresentou-se e através de arquivo, demonstrou como foi efetuado o apanhado para construção das ações do Plano de Gestão. Esclareceu que o levantamento das ações contou com a participação inicial da Alta Administração a nível estratégico, formulando as metas a serem atingidas, bem como das Unidades de Negócio, a nível tático e operacional. Esclareceu que o Plano de Gestão foi dividido em 7 eixos temáticos, com 30 ações e estas divididas em 122 atividades. Os eixos temáticos são: a) Incorporações de Projetos; b) Processos Internos/Tecnologia; c) Gestão Financeira; d) Cidadania; e) Aprendizagem/Inovação; f) Parcerias para Ações Eleitorais; e g) Eleições 2022. Salientou que a metodologia para controle e acompanhamento constituiu-se na abertura de trinta processos, que foram vinculados à unidade de negócios, conforme a ação. Ressaltou que as reuniões estão sendo realizadas trimestralmente, em que foi estipulado o percentual mínimo de 30% de execução para cada encontro. A planilha apresentada demonstra que algumas ações superaram o percentual mínimo, enquanto outras ainda não atingiram, o que pode ter sido acarretado por férias de servidores ou a complexidade da ação. Encerrando sua apresentação, o representante da SAACNJ agradeceu a oportunidade.

O **Diretor-Geral** esclareceu que a ferramenta é de suma importância e que é necessário o acompanhamento para, ao final da gestão, comparar o que foi planejado com o que foi executado.

O **Desembargador João Lages** sugeriu a realização de reuniões mensais, para que problemas enfrentados por determinada Unidade não sejam detectados apenas nas reuniões trimestrais, o que pode prejudicar a tomada de providências.

Em seguida, o **Diretor-Geral** passou a palavra ao representante da STI, que ficou responsável pelo último assunto da pauta.

Plano de Ação da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

O servidor **Emanoel** começou sua explanação, dando uma visão geral. Esclareceu que se trata de uma lei complexa a ser cumprida. Foi compartilhado arquivo para melhor visualização da situação da LGPD no TRE-AP. Informou que foi elaborado levantamento das ações, com a elaboração de relatório preliminar. Esclareceu que o objetivo é amadurecer e implantar a governança de dados no TRE, área nova que precisa ser desenvolvida. Em seguida, informou as ações que estão sendo adotadas para a implementação da LGPD. São elas: a) Organização e Comunicação; b) Direitos do Titular; c) Gestão do Consentimento; d) Retenção de Dados e cópia de Segurança; e) Contratos; f) Plano de Respostas à Incidentes de Segurança com Dados Pessoais; g) Relatório Final – CNJ.

Na oportunidade, o servidor **Emanoel** informou que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação foi apresentado à Administração, fazendo parte da estratégia. Ao final encerrou sua apresentação, agradecendo a atenção de todos.

O **Diretor-Geral** informou que os assuntos da pauta foram abordados, passando a palavra ao Presidente em exercício.

O **Desembargador João Lages** parabenizou pelas apresentações, esclarecendo que o material deve ser passado para conhecimento dos Juízes Membros. Ao final, declarou encerrada a reunião, desejando a todos um bom final de dia, com trabalho produtivo e profícuo.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi declarada encerrada. Para constar, eu, Alexandro Dourado de Aragão (Secretário), lavrei a presente Ata, que é assinada por todos.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO VALENTIM MAIA, Diretor(a)-geral**, em 30/07/2021, às 14:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA BARROS, Coordenador(a)**, em 30/07/2021, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EMANOEL DOS SANTOS FLEXA, Secretário(a)**, em 30/07/2021, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA GUSMÃO TRAJANO DE ARAÚJO, Coordenador(a)**, em 30/07/2021, às 17:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DILMA CELIA DE OLIVEIRA PIMENTA, Secretário(a)**, em 02/08/2021, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICK DAYAN GUIMARAES PINTO, Chefe(a) de Seção**, em 10/08/2021, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO HENRIQUE GUERRA XAVIER DA SILVA, Assessor(a)**, em 10/08/2021, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO GUILHERME LAGES MENDES, Presidente**, em 13/08/2021, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0539194** e o código CRC **E81062A8**.

